

## A CORAGEM DA VERDADE: HANNAH ARENDT (DE MARGARETH VON TROTТА, 2012)

**GERARDO SILVA**

Doutor em sociologia e  
professor da Universidade  
Federal do ABC (UFABC).

No dia 21 de maio de 1960, o ex-oficial nazista Adolf Otto Eichmann foi capturado por agentes do Mossad em um subúrbio de Buenos Aires (primeiro raptado e dez dias depois levado para Israel em um avião do El Al, sem conhecimento das autoridades argentinas). Um ano mais tarde, em 11 de abril de 1961, teve início o julgamento por crimes contra a humanidade e contra o povo judeu que acabaria na condenação do réu à pena de morte por enforcamento, executada em 1 de junho de 1962. Embora com vícios de origem, pelo fato de o réu ter sido sequestrado de outro país e, portanto, por não terem sido respeitados os acordos internacionais de extradição, o processo avançou e teve o desfecho que se esperava.

O que, sem dúvida, não estava dentro do esperado na ocasião era a participação da filósofa política Hannah Arendt, nascida em Hanover, Alemanha, em 1904. De origem judaica, Hannah Arendt fugiu do seu país em 1933 com a ascensão de Hitler ao poder e chegou aos Estados Unidos em 1941. Em 1951 publica seu primeiro livro, *As origens do totalitarismo*, tornando-se conhecida e respeitada no mundo intelectual e acadêmico norte-americano. Em 1959, enfim, é nomeada professora na prestigiosa Universidade de Princeton, em New Jersey. É nesse contexto que ela mesma propõe à revista *The New Yorker* fazer a cobertura do julgamento de Eichmann, o que é imediatamente aceito pelo famoso editor William Shawn. E é aqui também que começa o belo filme *Hannah Arendt* (2012), da diretora e roteirista alemã Margareth Von Trotta, com a atriz Bárbara Sukowa no papel principal. Sukowa já tinha participado de outros filmes da diretora, dentre os quais, *Rosa Luxemburgo* (1986).

“Preciso fazê-lo. Jamais me perdoaria se perdesse essa oportunidade.” Com essas palavras procura acalmar a inquietação do marido sobre as feridas que serão (re)abertas – e suas possíveis consequências no plano afetivo – e parte para Jerusalém, onde é recebida calorosamente por seu velho amigo Kurt Blumenfeld, histórico militante sionista alemão, então morando em Israel. Mas logo alguma coisa sai do script. Por um lado, o encaminhamento do processo parece a Hannah mais voltado para um julgamento dos crimes cometidos contra o povo judeu de um modo geral do que dos crimes específicos que deviam ser atribuídos a Eichmann, e devidamente provados. Por outro lado, tornara-se mais explícita, ao longo dos depoimentos, inclusive do próprio acusado, a colaboração de líderes das organizações judaicas na coordenação dos traslados de judeus para os campos de concentração – que era a tarefa específica do ex-oficial nazista.

A descoberta mais perturbadora, entretanto, seria a constatação de que os crimes contra o povo judeu (e, portanto, segundo ela, contra a humanidade) não teriam sido cometidos por homens particularmente perversos e sádicos, plenamente conscientes da sua tarefa. Foram cometidos por burocratas medíocres e banais como Eichmann, cujo crime era ter sido extremamente eficiente e caprichoso no cumprimento das ordens dos seus superiores. Ele mesmo se defende

dizendo que nunca tinha matado nenhum judeu, que não era antisemita e que a sua responsabilidade acabava uma vez que os judeus eram devidamente carregados nos vagões do trem (nas páginas do livro *Eichmann em Jerusalém* é tratada com mais detalhe a complexa e, por vezes, contraditória organização da cadeia de comando do Terceiro Reich). Ou seja, o que se esperava como a obra de um monstro era, na verdade, obra de um “ser de carne e osso” (sic) particularmente preocupado em honrar seu juramento perante o Reich: o de cumprir fielmente suas ordens (por ele consideradas Leis) e realizar adequadamente a “função administrativa” que lhe fora atribuída ou encomendada. É isso que Hannah Arendt vai chamar de “banalidade do mal”.

Acho que vale a pena abrir aqui um parêntese no relato do filme para explorar a seguinte questão: como transformar essa descoberta em ferramenta de posicionamento e ação política, em congruência com a ideia de que a realidade, o conhecimento e a própria verdade são construídos socialmente? É possível encontrar esboços de uma resposta da própria Hannah Arendt indagando o pós-escrito que acompanha a edição do livro *Eichmann em Jerusalém* (Companhia das Letras, 1999). Embora considere não ter feito uma história sobre “o maior desastre que se abateu sobre o povo judeu”, nem um relato sobre o totalitarismo, nem uma história do povo alemão na época do Terceiro Reich, tampouco um tratado teórico sobre a natureza do mal, ela admite a possibilidade de encorajar algumas discussões mais abrangentes, por exemplo, no campo das ciências políticas e sociais, onde seria preciso refletir melhor sobre a “essência” de toda burocracia, isto é, sobre a capacidade (ou necessidade?) da ordem social constituída de transformar homens em funcionários ou em meras engrenagens da máquina político estatal – pelo menos sob regimes totalitários.

Com relação à psicologia e sociologia modernas, Hannah Arendt afirma: “Nos acostumaram demais a explicar a responsabilidade do agente sobre seu ato em termos deste ou daquele determinismo. Mas é discutível se essas explicações aparentemente profundas das ações humanas são certas ou erradas. O que é indiscutível é que nenhum procedimento judicial seria possível com base nelas, e que a administração de justiça com base nessas teorias seria uma instituição muito pouco moderna, para não dizer ultrapassada.” Contudo, o conceito “banalidade do mal” seria incompreensível sem a figura dessubjetivada de Adolf Eichmann, cujos traços da personalidade – tanto no contexto do julgamento como na sua biografia pessoal e familiar – são recorrentemente explorados pela autora. Assim, nessa perspectiva, entendo que seja legítima a formulação das seguintes perguntas: Que mecanismos e processos são ativados em contextos de clausura dos significados e apagamento das singularidades? Em que medida esses processos estão presentes nas sociedades atuais? Como reconhecer (e neutralizar) o Eichmann que habita corações e mentes desse conturbado início do século XXI?

Voltando ao filme, as pressões pela não publicação desses “resultados” são enormes. O editor da revista *The New Yorker* tenta (gentilmente) suprimir algumas das partes mais polêmicas, mas sem sucesso. A autora exige que o relato seja publicado na íntegra, tal como ela o escreveu. As consequências dessa determinação são significativas e imprevisíveis. Hannah Arendt (Bárbara Sukowa) fica visivelmente abalada pela incompreensão da opinião pública que, influenciada pelos membros mais radicais da comunidade judaica norte-americana, entende o relato como uma defesa do criminoso nazista. Mas o golpe mais duro virá do círculo de

amizades mais próximo, dentre o qual o filósofo Hans Jonas, que não perdoa nem o “tom” nem as conclusões. Uma das cenas mais comoventes do filme é quando Hannah volta para Israel para visitar o amigo Kurt Blumenfeld no seu leito de morte e ele a acusa de ter ido muito longe, dando-lhe as costas logo a seguir.

Hannah Arendt assumiu a tarefa do pensamento como algo profundamente solitário, porém não a vida intelectual. Ela sempre reconheceu o valor da amizade como um componente essencial do seu trabalho, e por isso foi fiel aos seus amigos mesmo que, com frequência, discordasse deles, às vezes, radicalmente. Com a mesma disposição foi fiel, até o fim da vida, aos seus dois grandes mestres – Martin Heidegger e Karl Jaspers. Os riscos assumidos por *Eichmann em Jerusalém* foram, sem dúvida, muito altos. O círculo de amigos fechou-se, e os colegas da academia afastaram-se. Contudo, ela seguiu em frente, em nome da verdade, da “coragem da verdade” como diria o filósofo Michel Foucault. Afinal, o grande pecado de Adolf Eichmann teria sido o de se recusar a pensar, e isso, para ela, era simplesmente intolerável. Admirável filme de Margareth Von Trotta, admirável atuação de Bárbara Sukowa e admirável coragem de Hannah Arendt.